

Ata da 85ª Sessão Ordinária da 1ª Sessão Legislativa, da 15ª Legislatura, realizada pela Câmara Municipal de Cascavel em 09 de dezembro de 2013, com início às nove horas e cinquenta minutos. Sob a Presidência do Vereador **MARCIO PACHECO**, secretariada pelo vereador **GUGU BUENO** e com a presença dos vereadores: Aldonir Cabral, Claudio Gaitero, Fernando Winter, Jaime Vasatta, Jeovane Machado, João Paulo de Lima, Jorge Bocasanta, Robertinho Magalhães, Luiz Frare, Jorge Menegatti, Nei Hamilton Haveroth, Paulo Dileto Bebber, Paulo Porto, Pedro Martendal de Araujo, Marcos Rios, Romulo Quintino, Rui Capelão, Irineu Zotti e Walmir Severgnini. Sob a proteção de Deus e havendo número regimental o Senhor Presidente deu por aberta a sessão, ao tempo em que solicitou ao senhor Secretário que fizesse a leitura da matéria de expediente recebida pela mesa. **PEQUENO EXPEDIENTE** - Neste período foram lidas as seguintes matérias: Projeto de Lei nº 221/2013. Projeto de Lei nº 222/2013. Projeto de Lei nº 223/2013. Projeto de Lei nº 224/2013. Projeto de Lei nº 225/2013. Projeto de Lei nº 226/2013. Projeto de Lei nº 227/2013. Projeto de Resolução nº 19/2013. Projeto de Decreto Legislativo nº 12/2013. Projeto de Decreto Legislativo nº 13/2013. Parecer nº 695 da Comissão de Economia, Finanças e Orçamento favorável ao Projeto de Lei Complementar nº 6/2013. Parecer nº 696 da Comissão de Economia, Finanças e Orçamento favorável ao Projeto de Lei nº 217/2013. Parecer nº 697 da Comissão de Justiça e Redação favorável ao Projeto de Lei Complementar nº 06/2013. Ofício nº 543 do Executivo Municipal comunicando Veto Parcial ao Projeto de Lei nº 198/2013. Ofício nº 548 do Executivo Municipal solicitando o arquivamento do Projeto de Lei nº 183/2013. Ofício do Sr. Antonio Mazurek confirmando presença para recebimento de título de cidadão honorário. Inscritos para falar no grande expediente, os vereadores: Gugu Bueno e Rui Capelão. Finda a leitura da matéria de expediente o Senhor Presidente deixou a palavra livre aos senhores Vereadores para **INCLUSÃO OU DESTAQUE PARA ORDEM DO DIA**, o vereador Jorge Menegatti solicitou inclusão do Substitutivo 1 de 2013 do Projeto de Lei nº 141/2013, para a próxima sessão. Na sequência, voto de congratulações proposto pelo vereador Claudio Gaitero a Senhora Vera Venzke de Lima, mencionando que aos 86 anos de idade, ela se constitui em verdadeiro exemplo de vida. Residente em Cascavel há 36 anos, conquistou recentemente três medalhas de ouro no Mundial de Master, realizado em Porto Alegre, sagrando-se campeã dos 5.000, 1.500 e 800 metros. Em aparte, o vereador Robertinho Magalhães parabenizou-a e destacou a importância desta conquista para o município de Cascavel, lembrando que esporte é saúde. No uso da palavra a Senhora Vera agradeceu a todos pela homenagem e, em especial ao vereador Claudio Gaitero, lembrando que nunca é tarde para caminhar e começar a praticar esportes. Expressou ainda, gratidão pelo incentivo dos familiares e amigos. **ORDEM DO DIA** – Em discussão e votação as atas da 81ª e 82ª sessões ordinárias, realizadas nos dias 25 de novembro e 26 de novembro de 2013, foram aprovadas pela totalidade de votos dos vereadores presentes. Em discussão e votação o veto parcial ao Projeto de Lei nº 199/2013, foi aprovado pela totalidade dos vereadores presentes. Em 1ª discussão e votação o Projeto de Lei Complementar nº 06/2013 foi também, aprovado pela totalidade dos vereadores presentes. Em discussão a Emenda 2 de 2013 ao Projeto de Lei nº 92/2013, usou da palavra o vereador proponente. O vereador Gugu Bueno explicou que se tratava de ajuste técnico e jurídico indispensável e pediu voto favorável. Em votação a Emenda 2 de 2013 ao Projeto de Lei nº 92/2013 foi aprovada pela totalidade dos vereadores presentes. Em 2ª discussão e votação o Projeto de Lei nº 92/2013 também, foi aprovado pela totalidade dos

vereadores presentes. – Presidente: Em discussão o Projeto de Lei nº 97/2013, que dispõe das condições de acessibilidade de mobiliários escolar inclusivo e equipamentos adequados para estudantes com deficiência física na Rede Municipal de Ensino de Cascavel e dá outras providências. O Projeto teve parecer contrário da Comissão de Economia, Finanças e Orçamentos, em discussão o parecer. Com cinco minutos para as manifestações do parecer. - Vereador Rui Capelão: Presidente, eu não tenho conhecimento do parecer. Gostaria que fosse lido este parecer, até porque pela importância que eu vejo no projeto, me representa que seria interessante a gente debater o que foi colocado; já que houve um entendimento da Comissão e nós temos que colocar o nosso posicionamento em cima deste entendimento. – O Presidente: Então vou lê-lo, para o senhor tomar conhecimento do parecer. – Vereador Rui: - Obrigado. – Presidente: A introdução são os argumentos de praxe. O relatório diz o seguinte: Cabe a Comissão de Economia, Finanças e Orçamento, em cumprimento ao artigo 39 incisos I a VII, examinar e emitir parecer nas proposições que de qualquer forma venha a acarretar aumento de despesas, renúncia de receita e que acarretam responsabilidades ao erário municipal. O projeto de lei em comento acarreta aumento de despesa. Nesse passo, por força do artigo 16 da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000, ele deve estar acompanhado de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes e ainda deve demonstrar, por força do artigo 17, parágrafo 1º, a origem dos recursos para o seu custeio, o que não ocorre no presente caso. Assim, podemos concluir que, na realidade, a proposição pretende obrigar o poder público a executar uma despesa (compra de materiais), sem observar os ditames legais. Nesse passo, convém lembrar que a elaboração e a execução de programas ou planos de governo são atividades eminentemente administrativas, que não demandam, por via de regra, previsão legal. Por força do princípio da universalidade que norteia o orçamento público, o programa que demandar investimento governamental deve estar previsto na Lei Orçamentária. Entretanto, isso não significa dizer que seja pertinente à edição de lei específica criando programa, pelo contrário, apenas nos casos expressamente previstos na Constituição os programas devem ser criados por lei. É importante ressaltar que o Poder Legislativo pode e deve atuar na discussão das políticas públicas, programas e outros projetos de cunho administrativo a serem implantados em nosso Município. Entretanto, o momento jurídico-político próprio para os parlamentares intervirem na gestão administrativa do Município dá-se quando da apreciação, discussão e modificação das Leis Orçamentárias Anuais. Posto isto, e por haver os impedimentos de ordem orçamentária e financeira sou pelo parecer contrário ao Projeto de Lei nº 97, de 2013. Diante dos aspectos orçamentários e financeiros os Vereadores que compõem a Comissão de Economia, Finanças e Orçamento desta Casa de Leis, em conformidade com o artigo 39 do Regimento Interno, acompanham o voto do Nobre Relator e manifestam pelo parecer contrário ao Projeto de Lei nº 97, de 2013. É o parecer. Sala da Comissão de Economia, Finanças e Orçamento. Assinado pelos vereadores componentes da Comissão: Luiz Frare, Claudio Gaiteiro e Walmir Severgnini. Vereador Rui Capelão – Muito obrigado, senhor Presidente, eu pediria a palavra para comentar. Presidente: - Com a palavra. Vereador Rui: - Eu quero entender que projetos importantes que trazem qualquer custo, não passam por esta Casa. Eu entendo que este projeto, ele não obriga o preceito a executar o projeto, e, também não é autorizatório; ele leva propriamente, vamos dizer assim, uma forma de mostrar desvios para o bom atendimento aos deficientes físicos.

Como houve há pouco dias, um outro parecer contrário, de um projeto meu e, que também, se referia a acessibilidade dos deficientes físicos nas academias. Este projeto, ele também facilita a vida dos nossos queridos deficientes, na sala de aula. Portanto, se estamos no momento votando um orçamento em que há viabilidade inclusive, de ser incluído neste orçamento. Existe no orçamento certamente dinheiro previsto para atendimento a estas entidades; portanto existem verbas definidas no orçamento para atender determinadas necessidades. Agora, se dizer que não tem no orçamento aonde está escondido o dinheiro do orçamento que para atender aquilo que é primordial que são os nossos deficientes físicos, não tem dinheiro para atender? Tem sempre um argumento contrário, dizendo que a lei não permite atender a estas pessoas. Ora, se a lei não permite, não permite, vamos dizer assim, por desinteresse desta Casa, por conviência de muitos vereadores que não fazem projeto neste sentido. Que não lançam no orçamento; é coisas importantes que precisam ser lançadas. Agora, a hora que vem para dar parecer contrário, para revogar, para ser contra a lei, aí aparece bastante gente, dizendo que a lei não permite. Ora, vamos olhar de uma forma diferente, de um ângulo melhor, com maior respeito a determinadas entidades e saber que o dinheiro existe, no orçamento. É só ter vontade de querer que o projeto ande. Era esta a minha colocação. Eu peço voto contrário a este parecer. Obrigado. – Vereador Claudio Gaiterio: Peço a palavra, senhor Presidente. – Presidente: Com a palavra o presidente da Comissão de Economia, Finanças e Orçamento, o vereador Claudio Gaiterio. – Vereador Claudio Gaiterio: Mais uma vez, pela enésima vez, estamos aqui falando sobre pareceres; em função de que a nossa comissão não olha: o autor do projeto, nós não olhamos. Há enfim que preservar aqui, o mérito em cima daquilo que está se tratando, este projeto. É eu fico imaginando se o prefeito fizesse um projeto e mandasse aqui para o nosso nobre presidente, alterar aqui os horários das sessões, aqui na Câmara. O Prefeito não pode interferir aqui no legislativo. E muito menos nós, do Legislativo podemos interferir naquilo que se refere à área administrativa. Isto aqui trata-se única e exclusivamente da área administrativa. Nós não podemos interferir, naquilo que é de cunho, que é de competência do executivo. Então, esta é a razão do parecer contrário. Então, nós vamos dar parecer favorável e contrário sempre dentro dos dados técnicos. Porque nós não podemos dar parecer aqui, conforme o projeto, ou conforme o vereador. Nós temos que dar sempre o parecer técnico; conforme o projeto. Então, seria esta, eu também, lembrando que existe um projeto já aprovado nesta Casa, que se eu não me engano, é do vereador Otto Reis, aonde já determina que o município coloque na sala de aula carteiras para os canhotos. Então, já é um grande avanço aí para a educação. Lá foi feito através de indicação. Então, nós sugerimos aqui ao vereador, que pode fazer uma indicação para o executivo, aonde seguramente terá o voto favorável deste vereador. Então, seria esta a nossa justificativa em cima deste voto contrário. Seria isto, senhor Presidente, obrigado! - Vereador Jorge Bocasanta: Eu peço a palavra. - Presidente: Com a palavra o vereador Jorge Bocasanta. – Vereador Jorge Bocasanta: Senhor Presidente, nobres colegas, funcionários, a plateia. É sabido que na Câmara, no município de Cascavel, tem uma marcenaria, né, que faz reforma de escola, reforma disto e daquilo. Que até eu, fui um voto vencido, que no lugar dali de onde ele existia, a marcenaria, foi dado o terreno para construir o Tribunal Regional Eleitoral, né, e que eu fui contra, né? Que fica ali perto do fórum; então, eu não sei aonde vai aumentar a despesa? Se tem a madeira, tem os pregos, tem os parafusos, enfim, de fazer. Se o Claudio Gaiterio falou, uma carteira do destro para fazer pro canhoto, eu não sei aonde

é que gasta tanto material? Para fazer uma acessibilidade não precisa fazer, com grandes recursos; é só fazer o quê? Se tiver pessoa lá contratada, tiver o quê, o marceneiro e os pregos; a montagem depende do quê? Depende da montagem, só. Não é madeiras especiais, parafusos especiais, não! Fazer uma carteira que consiga entrar uma cadeira de roda e a carteira em cima ou uma que entre as pernas, não tem diferença orçamentária. Tem diferença para aquele cidadão que necessita chegar no colégio, e que tem uns problemas graves. Isto tem um custo para ele. Pro municípios estes trocos do município, que sempre falo, que nós vamos levantar, levantar despesas e não sei o quê, então nós temos que fechar esta bodega. Vamos fechar esta coisa. Porque se é para nós vir aqui só ganhar o salário da prefeitura e não fazer nada; nós não podemos opinar nada, então vamos fechar a bodega. Vamos dar a chave pro Marcio Pacheco, ele mete a mão na chave e vamos fechar. Por que onde que já se viu, falar que isto aí vai aumentar despesa. Despesa do quê? Pôr o prego de um lado e por do outro, é tipo desta coisa, do ultrassom, que foi vetada pelo prefeito, sabe por quê? Porque ele não tem conhecimento de saúde. E o secretário muito pior, porque a grande maioria do gineco sabe mexer com o aparelho de ultrassom. E se tiver o aparelho já faz na hora o diagnóstico, é um complemento; não precisa contratar ninguém! Então eu vejo o seguinte, o quê quando o Capelão fala que esta comissão é parcial, eu vou começar a concordar contigo, Capelão. Porque é parcial mesma. Porque não pode, não pode! me desculpa, o Frare, me desculpa Severgnini. Eu tenho que dar as tuas ideias aqui. É político o negócio. Eu na saúde, quando nós fizemos a Comissão, nós somos técnicos. Aqui nada pode; aqui nada se pode fazer, tá entendendo? O que se pode fazer então, aqui? Nada. Vamos fechar, pegar uma chave assim no final de ano e fechar e deixar sem nada. – Vereador Claudio Gaitero: me dá um aparte, senhor vereador. – Vereador Jorge Bocasanta: Só um momentinho. Eu sempre digo a verdade e quando bate no ouvido, a carapuça vem ao vento, tá entendendo? Então, vê é o seguinte, tá na hora de nós pararmos de fazer com que, somos capacho deste paço municipal, tá entendendo? Porque este homem ali, talvez, semana que vem não esteja mais lá. E se o meu assumir eu não quero que vereador seja capacho de ninguém. Aqui o vereador tem que ser o quê? Livre, votar conforme a sua consciência, não votar atrás de picuinhas e coisas. Então eu vejo o seguinte, eu quero que chegue perto de uma mãe, não adianta ficar dando título prá gente de 87 anos, gente que anda correndo, se aquele que nunca conseguiu dar um passo não tem nem o direito de ir a uma escola decente. Então eu digo o seguinte: - (Peço um aparte, vereador). Você tem o seu tempo depois, Frare, por favor, deixe eu terminar de concluir o meu pensamento. Então não adianta vir aqui e querer ensebar gente de 87 anos que teve a honra de sempre caminhar. Em contrapartida, não dá a oportunidade de pessoas com deficiência de chegar numa escola dignamente. Por que falam o quê? Por que são a mando de quem? Não pode ser a mando da tua ideia, Claudio Gaitero, Frare, Walmir Severgnini. Vocês devem estar a serviço de quem, aqui? Eu me pergunto e vou começar a concordar com o Rui Capelão. Estão a serviço de quem? Do povo ou do paço? Quando nós assumirmos a prefeitura, na próxima semana, se Deus quiser, nós não queremos que ninguém esteja a serviço do paço. Esteja a serviço da população. Era isto, o meu muito obrigado! - Vereador Luiz Frare: peço a palavra, senhor Presidente. – Presidente: Com a palavra o vereador Luiz Frare. – Vereador Luiz Frare: Senhor Presidente, nobres vereadores, plateia. É como o Claudio falou pela enésima vez, repetir a mesma ladainha, mas não custa sempre lembrar o seguinte: a Comissão de Economia, Finanças e Orçamento

exara os seus pareceres dentro do que a técnica legislativa permite e determina, portanto... (Um aparte, senhor vereador). Pois não! - Vereador Claudio Gaitero: Senhor presidente, senhores vereadores. Obrigado pelo aparte. Nobre vereador Bocasanta, vereador Bocasanta, vossa senhoria está convidado a partir de amanhã, às 8:00 horas, nós vamos fazer uma visita nos colégios da cidade. Aonde, acabei de ter a resposta do nosso Secretário de Educação, Valdecir Nath, aonde cada deficiente que chega nos colégios necessitando de carteiras adaptadas; imediatamente é passado o parecer técnico e é adquirido esta carteira, através de uma verba que já vem do MEC. Então, nobre vereador Bocasanta, nós não estamos a serviço aqui, daquilo que você está imaginando não. Nós estamos a serviço do povo aqui, sim. Por isto antes de vossa senhoria levantar os assuntos é bom tomar conhecimento. Portanto, saia do seu gabinete, saia do seu consultório, vamos dar uma volta. (mais um minuto, senhor). As 8:00 horas vamos fazer um roteiro aí nos colégios da cidade, e vamos ver se existe algum deficiente que não tem esta acessibilidade, não tem estas cadeiras. Obrigado, vereador Frare – Vereador Luiz Frare: Obrigado, pelo aparte Claudio. Apenas para concluir dizer ao nobre vereador Jorge Bocasanta que às vezes é prudente que antes de se fazer uma lei, uma indicação, procure ouvir o secretário da pasta correspondente ou a pessoa encarregada de um determinado assunto, ou o presidente de uma autarquia que de repente aquele serviço que a gente está pedindo, já existe. O que a gente observa é que, muitas vezes está se repetindo uma indicação, um requerimento ou uma própria lei que já existe. E isto eu me incluo, eu me incluo, porque realmente eu acabei fazendo alguma indicação em determinados assuntos que depois a gente vai ver nos arquivos que já tem uma lei, colocada em prática ou não, mas ela já existia. – Vereador Paulo Bebber; Um aparte, vereador. – Vereador Luiz Frare: Pois não. – Vereador Paulo Bebber: Obrigado, Frare pelo aparte. Nobres pares, presidência, assistência, imprensa. Eu mais uma vez, mais uma vez, mais uma vez, eu ouço algumas besteiras nesta Casa. Eu gostaria o Capelão quando fala dos vereadores que estão coniventes com alguma situação, que dê nome aos vereadores; que tome providências nesta Casa; ele está preocupado com os vereadores que não estão nem aí, que tem outros compromissos. Ele tem que dar nome, de quem tem estes problemas. Não adianta ele falar de vereadores no genérico, tem que ter assim, a hombridade de dar nome às pessoas. Porque nós não podemos a todo instante ouvir o Rui Capelão falando tanta besteira do jeito que ele fala. E às vezes ele passa batido, ele não tem coragem de fazer uma emenda modificativa, alguma emenda que possa mudar qualquer projeto nesta Casa. É necessário que se dê nome. Ele tem todo direito de não concordar com o parecer. Todos nós temos o direito. Agora quando ele fala de vereadores, que dê nome. Tenha a hombridade e dê nome aos vereadores que procuram partir para um lado negativo assim, que ele considera. Então, nós temos que parar com esta palhaçada de falar dos vereadores que não têm compromissos com a cidade, com os deficientes e com outros. Tem que dar nome. Tenha a hombridade vereador Capelão e dê nome. Obrigado pelo aparte, vereador. -Vereador Luiz Frare: Era isto. – Presidente: Senhores eu peço a palavra, eu quero me manifestar sobre este assunto do parecer contrário, por gentileza vereador, assumo a presidência. – Vereador Marcio Pacheco: Senhores vereadores, bom dia a todos, novamente. Eu na verdade não vim preparado para me manifestar sobre este projeto, mas eu acho que chega a ser uma certa covardia da parte da gente, de ver um projeto deste ser sepultado, né, por conta de um parecer que tem a sua legitimidade, tal qual enquanto comissão. Mas, eu me senti verdadeiramente

sensibilizado com a causa e acredito que seria importante se cada um dos vereadores, independentemente se é oposição, se é base, mas que se colocasse no lugar de um deficiente físico. Se não conseguisse andar, se tivesse uma dificuldade para se locomover; as nossas dificuldades, enquanto cidadãos tidos como normais, que temos dois braços, duas pernas, todas as condições para nos locomover, para nos manifestar; já temos tantas dificuldades na vida. E aí quando você encontra um vereador, encontra alguém que se interessa por defender a causa, por defender uma ação boa, em benefício destas pessoas que certamente têm mais dificuldades do que nós; eu acredito que é importante a gente ter um pouquinho de consciência também. Eu entendo que embora haja legitimidade, concordo com as manifestações do vereador Claudio Gaitero, do vereador Luiz Frare, mas nós temos que tentar às vezes usar um pouco dentro do limite do bom senso, da razoabilidade. Acredito que, não vejo problema, em a Câmara aprovar um projeto que é bom e caso não seja exequível, e caso o prefeito municipal, ele, entenda que realmente há um problema grave, na questão de contas, que ele então ofereça um veto no projeto. Eu acredito que chega de ser assim um pouco de excesso de zelo desta Casa, diante de uma possibilidade de haver um gasto, que como o vereador Jorge Bocasanta bem manifestou, eu não vejo que possa trazer um problema, um desequilíbrio para as contas do município; um projeto desta natureza, que já tem verba prevista para esta finalidade, também. Então, eu acredito que seria feliz desta Casa, se derrubasse este projeto respeitando a legitimidade da comissão, mas se colocasse o projeto em votação. Porque o parecer como todos sabem ele obstrui a continuidade da deliberação do projeto. Um simples parecer, que não é simples, mas que chega a ser simples perto da grandeza do projeto, ele acaba inviabilizando a discussão de um projeto que é bom, para o município de Cascavel e para as pessoas com deficiência. Então, eu quero assim de coração, pedir aos senhores vereadores que se sensibilizem. E, vamos deixar para que o prefeito municipal possa avaliar e falar: - não; eu acho que este projeto não dá para fazer, porque isto aqui vai trazer um grande gasto para o município de Cascavel; este projeto ele realmente fere a legalidade. Vamos deixar de repente que, o prefeito diga isto. Mas, vamos nós, aqui, ter uma atitude nobre e vamos votar contrário a este parecer e deliberar o projeto. Eu acredito que o projeto seja bom, acredito não, tenho certeza! Então tentar com esta fala minha sensibilizar os senhores, independentemente de posicionamento partidário, de posicionamento de posição de situação, de oposição, mas realmente se colocar no lugar daquele que mais precisa que é quem vai ser beneficiado por este projeto. Então, eu peço, respeitosamente, voto contrário ao parecer contrário da Comissão, para que a gente possa deliberar. E, depois se o prefeito entender que não é exequível, que ele se manifeste, ofereça o veto e vamos debater o veto. Mas, acredito que é possível; nós num senso de responsabilidade, num senso de bom senso, de menos excesso de zelo, derrubarmos este parecer e deliberarmos o projeto. Obrigado, senhores. (Peço a palavra, senhor presidente). - Presidente: Com a palavra, o vereador Jorge Menegatti. – Vereador Jorge Menegatti: Senhor presidente, nobres pares, assistência, imprensa, bom dia! Jorge Bocasanta, primeiro eu quero parabenizá-lo pelo projeto. Vemos que o senhor esta preocupado com a classe menos favorecida e com as pessoas que precisam de algum atendimento, de algum equipamento público diferenciado. Não me causa estranheza os pareceres da Comissão de Finanças, não me causa estranheza! Porque todos os pareceres ou praticamente todos, salvo raras exceções, vem parecer contrário quando são feitos pela dita oposição. Então, já é normal isto. Sempre tem um defeito no

projeto. Também não me causa estranheza quando falam que vão fazer, que vão dar, voto favorável a indicação. Só para lembrar nesta Casa, senhor presidente, a indicação a gente não vota. Então me causa estranheza quando falam que vão dar voto favorável quando se fizer uma indicação. Indicação não vota! Então é prá gente analisar bem, ver como está sendo dados estes pareceres. Nós temos vários pareceres contrários aí, que poderiam ser favoráveis e a população ganhar com isto. Falar que esta Casa não pode criar lei, que não pode criar despesas, que não pode criar nada. Eu comungo da ideia do Bocasanta, então prá que ter esta Casa? Se não podemos fazer nada. (Só um pouquinho, Bocasanta). Precisamos reanalisar certas coisas, reavaliar algumas coisas, e ver bem quem está dando o parecer. Bocasanta, tá com a palavra. – Vereador Jorge Bocasanta: Então, muito obrigado Jorge Menegatti. O Claudio Gaiteiro falou, o quê que ele falou antes, ele mesmo, confirmou que existe parcialidade desta Comissão. Por quê? Porque quando ele me manda ir numa secretaria, numa escola e lá quando chega um deficiente físico as escolas são adaptadas; é porque o meu Projeto de Lei é interessante. Por que votaram contra? Vamos só legalizar isto. Mas, porque era do Jorge Bocasanta, é do Rui Capelão é contra, tá entendendo? Então, ele mesmo me defendeu, quando ele diz que: se nós for lá no secretário e chegar um estudante com deficiência é providenciado os seus móveis; então ele já foi a favor. Eles votam só contra nós, porque nós somos da oposição. Então, isto aí, sabe o quê senhor Rui Capelão? O senhor tem toda razão. Eu não tinha visto isto, por quê? Porque o meu coração é igual o da minha cara, não me faço aqui do quê, de ovelha e por dentro um lobo. Então de hoje em diante, trarei sempre contigo nos pareceres. Porque o Claudio Gaiteiro falou se chega alguém com deficiência, logo é providenciado os móveis. E por que votaram contra, então? Ou ele é muito burro ou é parcial. Sinto muito, Claudio, eu gosto de tu, mas eu tenho que usar algumas palavras, porque daqui prá frente Frare, com gravata vermelha ou sem gravata vermelha, faça conforme a sua consciência. Não conforme a consciência do outro. Muito obrigado, Jorge Menegatti. – Vereador Jorge Menegatti: Era o que tinha, senhor presidente; obrigado! (Peço a palavra, senhor presidente!) – Presidente: Com a palavra o vereador Romulo Quintino.- Vereador Romulo: Senhor presidente, senhores vereadores, distinta assistência. É claro que estamos no parlamento, lugar da discussão, aonde todas as partes dispõem sobre eu pensamento. Mas, quero lamentar também por alguns excessos cometidos aqui, por alguns vereadores. Alguns excessos. E eu acho que a oposição, a base, eu acho que o debate ele é extremamente positivo sempre; porém acho que temos limites e este limite de respeito, ele deve ser preservado sempre. Quero expressar que o meu voto é contrário ao parecer. Voto contra o parecer, mas quero dizer também, que tive muitos votos já das comissões contrários aos meus projetos. Votos contrários aos meus projetos da Comissão de Constituição e Justiça, da Comissão de Finanças e de outras Comissões. Venho aqui, derrubo o parecer, ou não, não é? Mas, dizer que por causa da oposição os pareceres são sempre contrários, eu acho que os vereadores da dita oposição, como diz sempre alguns vereadores, estão cometendo excessos, neste particular. (um aparte). Tem o aparte, vereador Claudio – Vereador Claudio: Eu lamento, eu imaginava passar por esta bancada hoje aqui, e não ouvir as besteiras que eu estou ouvindo. Lamento, né? Espero que o restante da semana seja boa, né? E dizer que pareceres, nós demos um parecer há uns 20 dias de um projeto do vereador Luiz Frare, que ele era da nossa comissão. Então, nós não temos aqui olhado só para o vereador, nós temos olhado para a parte técnica esta é a grande comoção de cada vereador. Então, eu peço voto

favorável ao parecer porque com certeza irá ter veto neste projeto. Obrigado pelo aparte, vereador. (Um aparte, vereador). Vereador Romulo: Com aparte, João Paulo. – Vereador João Paulo: Senhor presidente, senhores vereadores eu gostaria de pedir com todo o respeito que eu tenho a todas as comissões. Até porque participo de uma Comissão aqui desta Casa, que é a CJR- Comissão de Justiça e Redação, mas eu gostaria de pedir aos senhores, indiferente de base ou de oposição. Eu sei que nós estamos aqui com alguns debates calorosos, mas gente, nós como vereadores e respeitando muito a comissão dos 3 vereadores, a Comissão de Finanças, eu gostaria que vocês votassem contrário. Votassem contrário pensando naqueles deficientes, naqueles portadores de necessidades especiais, que todos os dias, a gente encontra alguém na rua, e vê isto. E com esta gentileza que eu gostaria dos senhores, eu sei que o parecer técnico é um parecer técnico. E na verdade assim, a comissão (um minuto vereador) a comissão faz a sua parte. Na verdade aqui, não vamos discutir o vereador que está fazendo errado. Por que não, ele faz a parte dele. Ele que é o parecer técnico, mas enfim eu gostaria de pedir aos senhores independente de base e de oposição, que nós avançássemos neste projeto e votássemos então, dando o voto contrário. Até porque precisamos pensar nestas pessoas com portadores de deficiências especiais. Era o que tinha! Obrigado, pelo aparte vereador! – Vereador Romulo: Prá concluir, veja que, eu acho que fica ruim para a Casa, algumas palavras que estão sendo usadas aqui por alguns vereadores, desrespeitosas. Concordo também, que quando digo que tivemos pareceres contrários que a Comissão faz o seu papel, no que diz respeito à constitucionalidade do projeto. E isto tem que ser considerado. Mas considero também, que se a secretaria da Educação já está atendendo e atendendo casos especiais, assim como alguns dizem que tem lá no Morumbi. A escola Francisco Teixeira tem uma situação assim. Então, se a secretaria de Educação já está atendendo e o projeto ainda não existe nesta área. Então, não tem porque nós não votarmos favorável ao projeto. Então, voto contrário ao parecer. – Vereador Gugu Bueno: Peço a palavra, senhor presidente. - Presidente: Vou lhe conceder a palavra, vereador Gugu Bueno, mas antes disto todavia, quero cumprindo o que estabelece o artigo 19, que diz o seguinte: é atribuição do presidente no inciso II, zelar pelo prestígio da Câmara e pelos direitos, pela garantia, pela inviolabilidade e pelo respeito devido aos seus membros. E no artigo 63, também, que diz o seguinte: se qualquer vereador cometer dentro do recinto da Câmara excesso que deva ser reprimido, o presidente conhecerá o fato e tomará as seguintes providências, conforme a gravidade. Eu entendo como presidente, que houve um excesso por parte do vereador Jorge Bocasanta, quando usou de expressão que não é condizente com este plenário, portanto gostaria neste momento de adverti-lo em plenário, já que a manifestação foi em plenário. Poderia fazê-lo pessoalmente, mas quero adverti-lo em plenário para que contenha as suas palavras e o respeito aos seus membros. A palavra foi excessiva no meu entendimento e portanto, contenha-se nas suas palavras, nas suas manifestações, vereador Jorge Bocasanta.- Vereador Jorge Bocasanta: Qual que foi a palavra? Eu gostaria de saber. – Presidente: Burro! Esta com certeza não é uma palavra condizente com este plenário há outras palavras para o senhor ilustrar a sua indignação. – Vereador Jorge Bocasanta: Mas, o burrito, o burro para mim, sabe o que eu te digo, é um trabalhador, é uma pessoa que carrega muito peso. É muita coisa. Eu gostaria de ter um burro na minha casa. – Presidente: Mas, não é este o sentido. Não é este o significado que eu tenho vereador. -Vereador Paulo Bebber: Peço a palavra senhor, presidente. – Presidente: Como sou eu que interpreto,



este tipo de palavra eu entendo que ela foi com certeza pejorativa. (o senhor não fez uso da palavra ainda, né?) Eu vou passar a palavra primeiro para o vereador Gugu Bueno. Então, fica registrado aqui esta advertência para que este tipo de palavra seja evitado no plenário. Com a palavra o vereador Gugu Bueno. – Vereador Gugu Bueno: Presidente, muitas vezes nós nos encontramos em situações difíceis nesta Casa, eu acho que é muito importante nós ponderarmos algumas questões, algumas posturas, dos senhores vereadores. Nós estamos debatendo única e exclusivamente neste momento, um parecer técnico da Comissão de Finanças. Cabe a este plenário concordar ou não com o parecer. Aprovar ou rejeitar o parecer da Comissão de Finanças, mas isto não dá margem para você questionar o mérito do parecer. Se assim procedermos, nós entramos numa seara muito complicada. Eu parto do pressuposto de que todos os vereadores nesta Casa, seja da oposição ou da situação, são vereadores responsáveis, que sabem o seu papel. Que quando foram escolhidos por este plenário para compor cada uma de suas comissões, eu acho que todos nós assinamos embaixo, em cima da competência e responsabilidade daquele vereador presente na Comissão de Finanças, na CCJ, na Viação e Obras e assim por diante. Eu acho que esta é uma discussão que empobrece a Casa de Leis, senhores vereadores, quando você parte para a questão da subjetividade. Eu acho que empobrece muito a discussão. Discutir se você é favorável ou contra o projeto, o parecer, pedir voto favorável ou contra, isto é da democracia; para isto é que existe este plenário; para isto é que cada um dos senhores tem direito a um voto. Agora, acusar o vereador disto ou daquilo, eu acho que não leva a nada. Eu acho que na verdade, como disse, empobrece muito esta Casa e eu só tenho a lamentar os debates que aqui ocorreram. Analisando o projeto de lei do vereador Bocasanta, evidentemente que é um projeto bem intencionado. Muito embora, muito embora, quem conhece a realidade das nossas escolas sabe que isto já ocorre, há muito e muito tempo. Evidentemente com um estudante portador de necessidade especial ele já tem a sua necessidade atendida pela escola. Mas, eu ia debater isto, debatendo o projeto. Agora debater a intenção ou não, do vereador não leva a lugar nenhum. Analisando tecnicamente, tentando me colocar como membro da Comissão de Finanças, o qual não sou. O Projeto diz no seu artigo 2º: As despesas decorrentes da aplicação desta lei correrão a conta de dotação orçamentária da Secretaria Municipal de Educação, suplementadas se necessárias. Não existe esta dotação. Como é que a Comissão de Finanças vai dar um parecer favorável? Então gente, com todo o respeito, senhores vereadores, colegas de tribuna eu peço mais respeito não a Comissão de Finanças, mas a todos desta Comissão. Se manifestar favorável ou contrário; votar a favor ou derrubar o parecer, isto é da democracia e todos nós estamos aqui para isto. Mas, eu tenho a certeza de que ao dar este parecer a Comissão de Finanças se pautou única e exclusivamente na Constituição Federal, na Lei Orgânica Municipal e no Regimento Interno desta Casa; textos estes que nós juramos obediência. Obrigado, senhor Presidente. – Presidente: Com a palavra o vereador Paulo Bebber. – Vereador Paulo Bebber: Eu peço a palavra e já passo ao nobre colega Frare. Por favor, Frare. – Vereador Frare: Um aparte, eu só queria enfatizar e corroborar com o que o Claudio colocou e o vereador Gugu Bueno, e dizer mais. Nós, eu estou falando aqui em meu nome; nós, não estamos apegados a este tema da secretaria de Finanças, ser secretário da Comissão de Economia, Finanças e Orçamentos, nós, não estamos apegados a isto. Se alguém estiver tão incomodado, que peça a destituição do cargo, que peça a destituição do meu cargo nesta Comissão. Eu não estou apegado a isto, não. Coloque

outro mais capaz, mais digno, menos tendencioso, Rui. Menos imparcial, faça isto. (só mais um minuto, Paulo). Se, estão tão incomodados com os pareceres peçam a destituição dos membros que não estão fazendo aquilo que vocês acham que deveria ser feito. Mas, enquanto estivermos aqui até amanhã ou depois, ou até o dia que formos destituídos, nós, vamos fazer o que nós entendemos ser o correto. Eu distribuí na última semana, um compêndio de como é que se segue o rito para exarar um parecer. Nós não estamos inventando nada. Se alguém inventou, foi a Constituição Federal, foi a Lei Orgânica do Município, foi o Regimento Interno, alguém que colocou isto. Nós não copiamos nada de ninguém. Nós não inventamos nada. Nós apenas estamos trabalhando encima do que preceitua desde a Constituição Federal prá baixo. Então, se alguém estiver tão incomodado com os pareceres e acha que não vai passar o projeto porque é oposição ou é situação, ou é da ponta esquerda, ponta direita, centro avante, sei lá o que. Põe outro. O que nós não vamos fazer é nos curvar ao interesse individual de quem quer que seja. Seja oposição, situação, centro ou direita. É isto o que eu queria colocar. Não estou apegado ao cargo de relator ou de membro da Comissão de Economia, Finanças e Orçamento. Repito! Obrigado, Paulo. – Vereador Paulo Bebber: Não tem de quê. Eu gostaria de fazer alguns comentários e parabenizar as comissões. Então as comissões que têm aí e que vão muito bem. E esta é uma comissão Frare, Claudio, Severgnini é uma comissão que a gente respeita. Eu respeito o parecer de vocês. Sei que vocês fazem tecnicamente, isto não quer dizer que eu sou obrigado a concordar ou deixar de concordar, porque até entendo e até vou pedir voto aos colegas para que votem contrário. Eu vou votar contrário. O que eu não aceito é pressão, imposição, sacanagem, sem dar nome, eu não aceito. É igual dizia o Capelão são vaquinhas de presépio. É uma coisa assim, inaceitável, este tipo de situação desta Câmara. Eu não aceito mais isto aí. Eu não aceito e não vou ficar quieto. Eu vejo alguns projetos que o próprio Capelão pode as vezes fazer alguma emenda, e ele numa atitude irresponsável ele prefere criticar do que fazer uma emenda e colocar para apreciação. Igual o que aconteceu num projeto de regularização de imóveis. Ele, o projeto, passou; teve um monte de mudanças, mas ele não teve a coragem de colocar aqui nesta Casa, estou sendo repetitivo, de ter colocado uma emenda diminuindo valores. Então, na outra sessão ele veio falar um monte de asneiras, mas ele não fez a parte dele. É muito ruim isto. E quando eu falo de vereador, tem que dar o nome sim. O presidente, eu peço ao nobre presidente que seja atento a estas coisas, porque são inaceitáveis. Eu que sou da base vou votar contrário, então não tem vaquinha de presépio. Não tem base. Não tem nada. O que tem na minha concepção é a maneira de eu votar e eu não abro mão, mas agora sob pressão, comigo não existe. Muito obrigado. (Peço a palavra) - Presidente: Senhores, vou conceder a palavra ao vereador Nei Haveroth, daí vamos deliberar o parecer. (Então, eu gostaria de pedir a palavra antes, para garantir o meu direito a palavra). – Presidente: Vereador Nei Haveroth e por último o vereador Paulo Porto e em seguida a votação do parecer. – Vereador Nei Haveroth: Senhores Presidente, nobres vereadores, toda assistência e quem nos acompanha. Não podia me calar e deixar passar sem me manifestar a respeito desta discussão e meramente vou me ater ao parecer. Eu já tive parecer contrário em projetos meus, por duas ocasiões, aqui nesta plenária; e nem por isto deixei de considerar o trabalho de cada comissão. Eu acho que nós através da diplomacia, temos o direito aqui, de convencer os demais vereadores dentro do nível, do padrão de entendimento do processo que podemos convencer a derrubar o parecer. Agora, com todo o respeito ao trabalho que a Comissão faz, que é

amparado naquilo que prega a lei. Então, nós temos, eu sou o presidente da Comissão e eu tenho que dar o parecer e, nós temos que respeitar isto. Agora, podemos fazer aqui então a plenária de cada discussão para convencer o voto. E acredito e convoco aos demais vereadores, para que nós façamos isto a bom tom. O que eu também, não posso aceitar é que nós de maneira genérica ou sendo, já passamos por experiência aqui neste plenário, já fiz uso também, e não quero ser repetitivo, mas já fizemos, ser jogado contra aos interesses de segmentos importantes da cidade e que nós aqui, saímos lá na rua e as pessoas vem cobrar, dar de dedo na cara da gente por uma coisa ou outra; sem as vezes não saber exatamente o que se passa dentro do processo legislativo e o que é legal. Então, eu acho que a gente tem que tomar muito cuidado neste sentido, né, e valorizar muito o nosso trabalho aqui, porque eu não estou aqui prá brincadeira. Eu quando vim prá cá eu vim prá trabalhar como legislador. Obrigado pelo aparte, pela palavra, senhor presidente. – Presidente: Com a palavra o vereador Paulo Porto. – Vereador Paulo: Bom dia a todos, bom dia a mesa diretora, bom dia aos senhores vereadores, bom dia ao plenário. É coisa bem rápida, mas eu acho que a gente tem que deixar claro neste debate. Muita gente falou várias coisas, eu acho que boa parte não é incorreta. Agora deixar claro, que por exemplo, não é apenas uma interpretação jurídica. Qualquer comissão não é uma fórmula matemática, tanto que, por exemplo, as leis são interpretadas politicamente, o que é legítimo. Tanto que esta semana, por exemplo, algum de vocês arrisca algum palpite do que vai acontecer até 5ª feira, em relação à Prefeitura? Eu não arrisco. Pode acontecer tudo; não é porque vai seguir a lei. A lei é a lei, é interpretada e feita por homens; assim como a comissão. E todas as comissões foram debates políticos, e são comissões com disputas políticas de quem vai prá comissão. Não sejamos ingênuos. Não estou colocando em xeque a comissão, deixar claro. A minha comissão também, foi uma disputa política, como tudo nesta Casa; então primeiro para deixar claro que não é esta coisa de que é julgamento técnico, só. Existem disputas políticas que são legítimas nesta Casa. É do jogo. O Winter sempre fala nesta questão que eu sempre falo e é verdade, aqui é uma sala de debates e de disputas políticas. Não podemos esconder isto da população. Semana passada eu estive naquele programa Bate e Rebate e me perguntaram por que a gente não senta e vota tudo em consenso? Como se fosse possível! Eu falei porque, nós não temos consenso, nós representamos camadas distintas, por exemplo: e é legítimo. Quando eu discuto com o meu amigo Paulo Bebber a questão indígena, eu tenho certeza, ninguém chegou no Bebber e falou: - olha, tá aqui. O Bebber acredita no que ele fala. É legítimo. Ninguém chegou na madrugada e conspirou com ele pra votar contra o Paulo Porto, votar contra os índios. Porque o Bebber acredita no que ele fala. Ele foi votado por pessoas que defendem isto; e é legítimo ele defender. E, nós vamos para o debate. Então, nós representamos segmentos distintos, por isto é que é uma Casa de Leis. Então, primeiro pra deixar claro, no meu entendimento, não tem fórmula matemática para qualquer uma das comissões. E claro, que são disputas políticas. Não vou falar aqui que foi uma questão política, não estou entrando nisto. Mas, deixar claro que as comissões foram disputas políticas, estão em disputa o tempo todo e, este é o jogo político. Ponto. Não estou falando aqui que ninguém aqui está vendido, não é isto que eu estou falando. As pessoas acreditam no que elas fazem. E que bom! Porque esta é uma Casa plural, que bom que nós representamos todos os segmentos de Cascavel. Então, só prá deixar claro que aqui em parte, não creio que são pareceres só técnicos; porque nenhuma comissão faz parecer só técnico. Não é só a de vocês. A nossa também, obviamente.

Era só isto. E peço voto contrário ao parecer. – Presidente: Senhores, em votação, por gentileza nominal, senhor secretário, o parecer contrário da Comissão de Economia, Finanças e Orçamento ao Projeto de Lei nº 97 de 2013; projeto este de autoria do vereador Jorge Bocasanta do PT que dispõe das condições de acessibilidade de mobiliário escolar inclusivo, e equipamentos adequados para estudantes com deficiência física, na rede municipal de ensino de Cascavel e dá outras providências. – Vereador Aldonir Cabral (favorável), Claudio Gaitero (favorável), Fernando Winter (contra), Gugu Bueno (a favor), Jaime Vasatta (contra), Jeovane Machado (contra), Jorge Bocasanta (contra), João Paulo (contrário), Jorge Menegatti (contrário), Robertinho Magalhães (favorável), Luiz Frare (a favor), Nei Hamilton Haveroth (contrário), Paulo Dileto Bebber (contra), Paulo Porto (contrário), Marcos Rios (contra), Pedro Martendal (contrário), Romulo Quintino (contra), Rui Capelão (contra), Irineu Zotti (contra) e Walmir Severgnini (favorável) – Vereador Gugu Bueno: Com 14 votos contrários, senhor presidente, e 06 favoráveis, parecer derrubado. – Presidente: Por 14 votos contrários e 06 favoráveis está rejeitado o parecer contrário da Comissão de Economia, Finanças e Orçamento em relação ao Projeto de Lei nº 97/2013, projeto este de autoria do vereador Jorge Bocasanta, do PT, o qual está em discussão. E eu disponibilizo, caso queira se manifestar, já de plano o vereador proponente, 10 minutos. Com a palavra, vereador Jorge Bocasanta. – Vereador Jorge Bocasanta: Então, senhor presidente, nobres colegas, assistência, quando a gente fala aqui que tem alguns pareceres políticos eles já levam aqui, pro lado do bolso. Parece que nós estamos chamando de ladrões, ninguém chama ninguém de ladrão. Se, o Paulo Porto colocou bem. A gente defende o quê? A gente defende a política, né, defende o companheiro que tá no poder. Não é porque quando a gente fala que são parciais, se estão falando que vocês são mau caráter, que vocês são ladrões, né? Não é nada disto. Pelo contrário. Tem coisas que a gente vota, conforme a razão do voto. Muitas vezes não conforme a consciência, mas quando eu me vejo aqui que, o senhor Claudio Gaitero falar que as carteiras quando tem um aluno excepcional ou com problemas físicos, sei lá o quê, imediatamente são feitas adaptações, então por que o seu voto contrário? Vão fazer leis, a gente tem que fazer leis prá que? No futuro quando não tiver aquele secretário de educação, aquele homem, o Valdecir Nath, para que os outros cumpram esta determinação. Então quando eu digo assim, que nós não podemos ser burros eu não estou falando da pessoa; mas das suas atitudes naquele momento, que faz uma coisa e vota na outra coisa. Não entende isto. A gente tem que o quê? Votar conforme o nosso entendimento ou senão, ficar quieto e não falar. O Frare quando veio falar né? Tem na Psicologia que quando tem uma máquina, tem uma máquina, aquela máquina da mentira; aquela máquina da mentira sim; lá dos Estados Unidos, o cara vê se o cara matou ou não matou, fez o crime, não fez o crime; porque muda quando a gente fala com o coração. O ensinamento do pai, da mãe, da família, que nós temos; quando é meio assim: a palavra não sai, se gagueja; fica meio diferente, por isto é que eu te digo o seguinte (to falando aqui, no debate né, no debate pra chegar onde quê eu quero chegar) – Vereador Luiz Frare: A palavra. – Presidente: Pois não. – Vereador Luiz Frare; Eu gostaria que o vereador proponente da lei se atesse ou em cima do projeto que ele está apresentando, porque se nós formos discutir de novo as Comissões eu sugiro que esta Casa, através da sua Presidência, elimine todas as comissões. E daí todos fazem o projeto de lei e vai prá sanção ou não do prefeito. Vai para ADIN ou não, enfim. Mas neste caso aqui, seria bom se a gente conseguisse debater agora neste momento o Projeto, Bocasanta. – Presidente:

Bocasanta, defenda o projeto, vereador. – Vereador Jorge Bocasanta: Estou defendendo, então como veio num governo autoritário, arbitrário, ele pode querer acabar com todas as comissões. Não! Então, o seguinte: aquele paciente com deficiência mental aquele não mente. Ele vai na escola, né, e se a professora perguntar pra ele, ele sempre vai falar a verdade; porque ele não tem discer, discer..., não tem a consciência de discernir a sua malandragem. Então, eu digo o seguinte minha gente: este é um projeto que é o quê, que não causa ônus nenhum a população; só causa bônus. Hoje estão querendo fazer na modernidade e no passado, quando tinha a esquizofrenia, jogavam os loucos nos sanatórios e deixavam lá 20, 30, 40 anos. E o povo ganhando dinheiro, donos de hospitais sem fazer nada, hoje eles querem diminuir as APAE's e inserir as pessoas com problemas nas escolas. (um aparte, vereador). Só um minutinho, você não me deu antes então, peça a sua palavra. Dente por dente, olho por olho, não dou! Então eu te digo o seguinte: para concluir – hoje eu acho uns absurdos, uns absurdos colocar uma pessoa com deficiência no meio da população. Eu me lembro de Itapejara do Oeste, tinha um síndrome de dow que todo mundo olhava para o menino e tinha medo, medo dele; porque a família meio que escondia. O quê que é colocar o síndrome de dow no meio da população é prá que? É prá que seja uma coisa normal; que se ajude e não se faça a distinção. Então este projeto a gente só tem um interesse que o quê? Facilitar a vida daqueles que pela graça de Deus tiveram algum problema. E eu te digo o seguinte: aqui nós não estamos defendendo o prefeito A, B ou C, nós estamos defendendo aquele cidadão; aquele cadeirante, aquele menino, aquele jovem que fica envergonhado, muitas vezes de sair na rua, que tem dificuldades para se comunicar, que a família fica envergonhada, a dar o quê? A dizer o seguinte: que lá na escola, lá o lugar em que vai se inserir a comunidade, tá o teu lugar te esperando; aquele lugar mais a vontade. Não precisa ter ar condicionado; uma cadeira, uma carteira, enfim uma elevação dum piso e daí, vem as pessoas de bem; as pessoas que sabem tudo e dizer que o projeto é inconstitucional. Inconstitucional é o quê? É a consciência de quem não quer ver, o seu próximo. E, eu vejo o próximo. Tipo assim, aqui se eu falei burro prá alguém, que eu não falei, falei noutra coisa. Eu tenho dó dos burros, tenho dó dos burros; porque se um burro pensasse, com certeza ele ia ver uma cadeira dum deficiente não é um luxo, é uma necessidade. Então, eu falando mais algumas coisas, falando sem gaguejar, apesar de que eu já fui gago; só que hoje eu falo com a minha consciência e não com a consciência dos outros. Falo que o quê? Que Cascavel não pode ter dono; se é prá ter dono que seja os 300 mil habitantes que aqui estão. O autoritarismo quando fala que quer sair da Comissão, prá mim quem quiser sair, que saia! A porta é aberta, aqui não tem tramela. Eu se me sentir mal na minha comissão eu saio. Não estou aqui de favor. Se me der na louca eu saio até de ser vereador. Eu não estou aqui amarrado no meu banco, eu estou amarrado no quê? Nas coisas boas que nós podemos fazer pra esta prefeitura, pra esta população. Então é isto, senhor Rui Capelão; quando o senhor falava que tinha coisas estranhas, vaquinhas de presépio, sei lá se só tem vaquinhas de presépio, Paulo Bebber, pode ter gato de presépio, pode ser cachorro de presépio, mas aqui também tem vereador de presépio. E eu tenho certeza, o senhor Rui fala, que somos vereadores de presépio e estamos 21 aqui. Então eu não tenho nada contra, eu sou aquela criança que não consegue pensar e não consegue ver o mundo, aquele autista, do Pedro Martendal vamos dizer assim, aquele autista que não sabe ver o lado fora, que o quê? Porque dentro nós estamos votando com a consciência, senão nós não temos malandragem. Então, prá mim, senhor

Rui Capelão, tu pode falar o que você quiser. As tuas palavras são livres, porque o que é bom a gente aproveita; o que não é, a gente bate no ouvido e vai embora. Então este projeto é um projeto simples e, não onera ninguém. E eu tenho certeza de uma coisa se fosse um outro vereador, que tivesse feito a preposição, nós teríamos, talvez, o parecer não fosse o mesmo. Então eu peço voto a favor e que todos aqueles que querem um Cascavel melhor que venha conosco. Este projeto não é meu é do povo que precisa, do povo cascavelense. Muito obrigado!- Presidente: Senhores, em votação o Projeto (Peço a palavra, presidente). – Presidente: Com a palavra o vereador Gugu Bueno e na sequência o vereador Pedro Martendal. – Vereador Gugu Bueno: Presidente, é eu esperava uma retratação do vereador Bocasanta, não só em relação a comissão de Finanças, mas em relação ao grupo de vereadores que tem a responsabilidade da sustentação a este município de Cascavel, nesta Casa de Leis. Porque foi muito dito que, né, votamos conforme a indicação de alguém ou sobre a obediência de alguém. Votação do parecer, vereador Paulo Porto, mais uma vez foi muito clara e, me remete a muitas votações que ocorreram nesta Casa, de vetos que foram derrubados, de vetos do prefeito que foram aprovados, de projetos que tiveram votações diferentes. Então, sinceramente eu não vejo com os mesmos olhos e não tenho a mesma sensação que vocês têm. Então, eu esperava no mínimo, uma retratação do vereador Bocasanta, Boca, porque vossa excelência parecia que quando falava dava a impressão que já sabia o resultado do seu parecer e; mais uma vez a vida nos ensina que: a ansiedade não nos leva a lugar nenhum. Mas, prá falar do projeto, eu atentamente estava ouvindo o vereador Bocasanta, nos poucos minutos que ele defendeu o seu projeto; porque boa parte da fala ele acabou falando apenas do parecer; mas nos pouquíssimos instantes em que ele defendeu o mérito do projeto em sua fala, eu tive a impressão sinceramente que, em Cascavel nada ocorria; que um portador de necessidade especial não tem direito hoje, por exemplo, a estudar numa cadeira especial ou adaptada as suas necessidades. Eu tive esta impressão! Ouvindo o vereador Bocasanta, eu tive a impressão de que só a partir da aprovação desta lei é que nós teremos estas condições especiais atendidas. Mas, embora seduzido pelas palavras do vereador Bocasanta, consegui retomar a consciência e lembrei que não. Lembrei que eu mesmo já testemunhei em várias escolas do município de Cascavel portadores de necessidades especiais atendidas em suas necessidades. Então é uma questão sinceramente, questões como esta já são atendidas pelo município de Cascavel, não vejo maior necessidade desta lei, neste momento. Volto a dizer não vai ser através desta lei que as coisas vão ocorrer, porque elas já ocorrem; mas precisava deixar aqui registrado isto, senhor presidente. Agradeço a sua compreensão. (um aparte, senhor vereador). Aparte concedido. – Vereador Paulo Bebber: só quero fazer um breve relato, hoje pela manhã ainda no jornal, no jornal a nível de Brasil; hoje tinha uma matéria sobre acessibilidade. Ninguém é contra a acessibilidade. Não existe a mínima possibilidade de qualquer ser humano ser contra. O respeito às pessoas que tem deficiências, nós temos que respeitar e fazer o máximo para atendê-las da melhor maneira possível. Eu só quero lembrar algumas situações que aconteceram no passado, onde o vereador Aderbal colocou um projeto para que a gente colocasse nas escolas armários para que as crianças não ficassem transportando excesso de peso. Eu fiz um projeto também, controlando o peso da mochila e que na sequência até virou do Estado, e doutros lugares. Então, na verdade eu não vi armários, eu não vi controlar mochilas, e vou falar prá você vereador Bocasanta, estou pagando prá ver a acessibilidade ser colocada em prática, mesmo que

a gente aprove este projeto. Obrigado. – Vereador Gugu Bueno: Agradecer, presidente, ter me concedido o direito da palavra, mesmo tardiamente. Obrigado. – Vereador Pedro Martendal: Peço a palavra. – Presidente: Com a palavra o vereador Pedro Martendal. – Vereador Pedro Martendal: Senhor presidente, caros colegas, imprensa, comunidade. Inicialmente eu quero fazer uma saudação, o meu amigo Emílio Martini, ex-governador do Rotary Internacional, tucano, e meu amigo particular, seja bem vindo! Eh! Eu queria antes de me manifestar o meu voto com relação ao projeto, eu me solidarizo com os membros da Comissão de Economia, porque nós juntamente com o João Paulo e o Vanderlei, também, fomos vítimas algum tempo atrás, de comentários que colocava a nossa seriedade em risco. Então, eu defendo caros colegas, que nós temos a liberdade aqui que sim, de criticar; mas criticar o parecer de determinada comissão. Agora, colocar em dúvida a seriedade dos membros da comissão é outra conversa. Então, eu entendo que nós temos total liberdade de fazer críticas, mas nós temos que cuidar como estas críticas estão sendo encaminhadas; e que se mantenham única e exclusivamente ao parecer em discussão. Quanto ao projeto, eu diria caros colegas, que sou favorável ao projeto porque nós temos inclusive, já reconhecida em nossa Constituição no artigo 208, no inciso III, aonde que é que está expresso: O dever do Estado com a educação será efetivado, mediante a garantia de: atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência. É uma área da qual eu conheço, e se já está sendo respeitado e eu tenho a certeza que a prefeitura está respeitando, que ótimo! Mas, vamos colocar na lei, porque nós temos que pensar a longo prazo. Não sabemos se futuras administrações estarão respeitando como esta está fazendo. Então, por este motivo e também, pelo fato de que este projeto passou na Comissão de Justiça, quando nós estávamos lá, eu, o João Paulo e o Vanderlei e foi debatido. Tivemos apoio de pessoas da área do Direito, assessores de nossos gabinetes e também assessoria da Casa e aonde, a nossa Comissão não entendeu ser ele inconstitucional ou ilegal. Então, o parecer da Comissão foi favorável e até pelo conhecimento que eu tenho na área, eu voto favorável a este projeto e, peço aos caros colegas que assim também, o façam. Obrigado.- Presidente: Com a palavra, o vereador Romulo Quintino. – Vereador Romulo: Nobres pares, distinta assistência, mais uma vez falando um pouco mais sobre o projeto. Eu acho que esta questão ela tomou um, ela tomou um calor, a meu ver, até de certa maneira desnecessária. Temos que pontuar duas situações. Primeiro o papel da Comissão e o papel, como a comissão é composta através dos vereadores: Claudio Gaiteiro, Luiz Frare e Walmir Severgnini que fazem um papel preponderante, que cumprem com a sua função e fazem-na muito bem feita como nós temos presenciado, até aqui com certeza, na continuidade da Comissão. Jamais colocando em dúvida qualquer tipo, longe disto. Por isto é que eu digo, que esta discussão acabou tomando um calor desnecessário a meu ver, de colocar em prova a idoneidade e o trabalho dos membros desta Comissão. Uma coisa é uma coisa, outra coisa é outra coisa. Eles têm esta análise técnica e sobre a análise técnica é que eles tomam as decisões, naturalmente, e tem que ser assim. É o papel deles. Deram um parecer contrário a projeto meu, a projeto do próprio Frare e assim por diante o projeto. O parecer é derrubado ou não, e isto faz parte do jogo. E agora, não podemos colocar em nenhum momento em prova ou sequer colocar em discussão que um absurdo já aconteceu, colocar em discussão, até mesmo a moralidade e a seriedade com que a Comissão conduz todos os projetos que chegam a sua mão. Temos que tirar isto de pauta. Eu acho que nós temos pessoas idôneas que fazem parte desta comissão e fazem o seu

trabalho muito bem feito, e nós podemos afirmar isto com todas as palavras e lamentamos os excessos cometidos, aqui. Então uma coisa é a técnica e eles emitiram o seu parecer técnico. Outra situação é o mérito do projeto, e neste momento nós votamos sobre o mérito do projeto. Eu voto favorável ao projeto, pelo mérito dele. O programa como já ouvimos aqui quando uma criança, um deficiente, uma pessoa com necessidade especial chega à escola, a Secretaria de Educação providencia o mobiliário. Ponto. Já está colocado a Secretaria, coloca o mobiliário. Então, a comissão faz o seu papel e já que a Secretaria coloca o mobiliário, gente, não tem porque a gente votarmos contra este projeto. Mais uma vez salientando o excesso cometido aqui, por alguns vereadores. Então, o nosso total respeito à comissão, uma coisa é uma coisa, e outra coisa é outra coisa. O desrespeito com a instituição, até mesmo que foi cometido aqui. Não só com alguns vereadores, mas com a instituição a Câmara de Vereadores de Cascavel, nós lamentamos com todas as palavras, precisamos de muito mais respeito. Então, voto no mérito o projeto é bom, o programa já existe, a Secretaria de Educação já executa o trabalho e ao mesmo tempo, todo o respeito à Comissão de Finanças. Era o que tinha senhor Presidente. (peço a palavra, senhor presidente). – Presidente: Com a palavra, o vereador Fernando Winter. – Vereador Fernando Winter: Senhor presidente, nobres vereadores, assistência, imprensa local, bom dia a todos. Bastante polêmico a discussão, só pra confirmar a fala do pastor Romulo, quando o vereador Jorge Menegatti frisou e sua expressão muito forte dizendo que quando os vereadores da oposição tem pareceres diferentes de posição dos vereadores da base. Você faz parte da minha Comissão, que é a Comissão de Obras e quantas vezes você já deu um parecer diferente do meu? Eu acho que aqui, Jorge, cada vereador é soberano, é independente. Então, para defender a questão da Comissão de Finanças ela segue fielmente o regimento; mas estamos aqui agora, discutindo o mérito do projeto. Não tem como colegas vereadores, a gente votar contra este projeto. O projeto é bom. E faço uma pergunta que eu acho que é muito significativa: qual é o custo que vai ter isto aí pro município, Frare? – (a palavra, senhor Presidente). Te dou um aparte. – Vereador Luiz Frare: Um aparte, Eu quero só pra encerrar, porque cada um, cada vereador que está pegando a palavra tá se referindo as comissões. Eu quero dizer o seguinte: tem pessoas aqui, vereadores, que pensam que a gente faz o que eles fariam se estivessem no nosso lugar. Obrigado. – Vereador Fernando Winter: Okay. Então, Bocasanta só pra confirmar que eu já tive projetos meus que a Comissão de Finanças já deu o parecer contrário e outras comissões também. Mas, quero dizer a você Bocasanta que o teu projeto é muito bom e que vou votar favorável. Obrigado. – Presidente: Senhores em votação o Projeto de Lei nº 97/2013, de autoria do vereador Jorge Bocasanta do PT, que dispõe sobre as condições de acessibilidade de mobiliário escolar inclusivo e equipamentos adequados para estudantes com deficiência física na Rede Municipal de Ensino de Cascavel e dá outras providências. Por votação nominal, proceda por gentileza, senhor secretário: Vereador Aldonir Cabral (contra), Claudio Gaitero (contrário) , Fernando Winter (a favor), Gugu Bueno (contra), Jaime Vasatta (a favor), Jeovane Machado (a favor), Jorge Bocasanta (a favor) , João Paulo (a favor), Jorge Menegatti (a favor), Robertinho Magalhães (favorável), Luiz Frare (contrário), Nei Hamilton Haveroth (favorável), Paulo Dileto Beber (a favor), Paulo Porto (favorável), Marcos Rios, Pedro Martendal (favorável), Romulo Quintino (favorável), Rui Capelão (a favor), Irineu Zotti (favorável) e Walmir Severgnini (favorável).- Presidente: Vereador Marcos Rios favorável ou contrário ao projeto do vereador Bocasanta? - Vereador



Marcos Rios: Favorável. – Vereador Gugu Bueno: Com 16 votos favoráveis e 04 contrários, projeto de lei aprovado. – Presidente: Com 16 votos favoráveis e 04 contrários está aprovado em 1ª votação o Projeto de Lei nº 97/2013. Após o que, o Presidente submeteu a discussão o Projeto de Lei nº 191/2013, quando usou da palavra o vereador Paulo Porto; explicando que se tratava de uma singela homenagem ao “Professor Alfredo Roberto de Carvalho”. Destacou que o mesmo foi referência política intelectual militante, sempre compromissada, lúcida e crítica. A partir da sua luta, o Professor Alfredo conseguiu que fosse implantado o PE – Programa Especial na UNIOESTE garantindo texto em Braille para as pessoas de baixa visão. Na sequência fez mestrado e tornou-se professor daquela instituição. Em aparte, o vereador Nei Haveroth, parabenizou o vereador pela iniciativa, destacando o privilégio da convivência com tão insigne cidadão, sempre comprometido com as causas sociais desde o tempo de acadêmico. Em aparte, o vereador Robertinho Magalhães mencionou a sabedoria do homenageado e a forma positiva com que atuou ao longo de toda a sua existência. Em aparte, o vereador Pedro Martendal destacou a sua luta em prol de todos os cegos, não pensando apenas em si próprio, acrescentando ser justa e merecida tal homenagem. Em 1ª votação o projeto de Lei nº 191/2013 foi aprovado pela totalidade dos vereadores presentes. Finda à ordem do dia o senhor Presidente abriu a palavra para pronunciamento de interesse público, cuja primeira inscrição foi a do vereador Gugu Bueno, que abriu mão da palavra. Na sequência, o próximo inscrito, vereador Rui Capelão, usou a tribuna para destacar o trabalho de Nelson Mandela, referência em todo o processo político, que graças a sua atuação trouxe respeito e dignidade para todos na África do Sul e porque não dizer para a humanidade inteira. Dando continuidade a sua fala, lamentou a falta de debate e de experiência o que resulta na revogação da lei no prisma jurídico ou mesmo no seu não cumprimento, muitas vezes. Afirmou o seu respeito pelas Comissões, reiterando que nem por isto deixa de criticá-las, quando entende necessário. Destacou que os vereadores estão nesta Casa para debater e analisar, já que este é um dos seus papéis fundamentais. O presidente encerrou a presente sessão às onze horas e trinta e oito minutos e, nada mais havendo a tratar e a constar, foi lavrada por mim, Marina Rodrigues Toledo, a presente ata, que depois de lida e aprovada será devidamente assinada pelo Secretário e pelo Presidente que dirigiu os trabalhos nesta Sessão da Câmara Municipal de Cascavel.

**MARCIO PACHECO**  
Presidente

**Gugu Bueno**  
1º Secretário